

Manifesto de lançamento do Fórum de Planejamento e Desenvolvimento Nacional



Brasília, 20 de maio de 2011.

*“A transformação de um longo amanhecer para o País tem que ser obra inescapável da força coletiva da sociedade brasileira” **Celso Furtado***

A sociedade brasileira tem demonstrado uma crescente percepção quanto à necessidade de que o planejamento do desenvolvimento nacional seja priorizado, implementado e constantemente atualizado. Estamos aqui para anunciar que nós, das associações de servidores de carreiras ligadas a planejamento e desenvolvimento, nos sentimos na obrigação de estimular a construção de um plano nacional de desenvolvimento.

Para essa construção coletiva, constituímos este Fórum de Planejamento e Desenvolvimento Nacional, que tem o intuito de zelar pelo cumprimento do Art. 3º da Constituição Federal, que estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para efetivar tais objetivos, as associações abaixo assinadas vêm por meio deste Manifesto expressar o desejo e o empenho de colaborar com a contínua elaboração e implementação de Planos Nacional e Regionais de Desenvolvimento. Trata-se de necessidade estabelecida pela própria Constituição Federal, particularmente em seus artigos 21, inciso IX; 43, parágrafo 1º, inciso II; e 174, parágrafo 1º. Enfatizamos que o não cumprimento destas prerrogativas tem resultado em notável falta de coordenação entre as iniciativas de planejamento e desenvolvimento ensaiadas no País.

É fundamental explicitar que não compreendemos o Plano Nacional de Desenvolvimento como um fim em si mesmo. Mas, sim, como um instrumento necessário para orientar a elaboração e implementação dos planos regionais de desenvolvimento e dos planos plurianuais, também previstos na Constituição Federal.

Acreditamos que cabe também à sociedade civil, e não apenas ao Estado, o protagonismo da promoção do desenvolvimento nacional. A força real de uma estratégia de desenvolvimento, sua capacidade de se traduzir em ações concretas, depende do quanto ela é compreendida e aceita por segmentos amplos da sociedade.

Entendemos também que uma estratégia de desenvolvimento deve ir além de uma necessária estratégia de industrialização, uma opção que precisa ser reafirmada num momento em que vozes em defesa da nossa suposta vocação agrícola (agora mineradora também) voltam a nos assombrar.

Fomos capazes durante um longo período, dos anos 30 aos anos 80, de crescer e desenvolver, de planejar e industrializar nosso país. Se não fizemos isso de forma a corrigir nossa gigante dívida social, é inegável nosso processo de evolução como nação. Esse é um legado que temos que recuperar, tanto mais num período em que somos levados a duvidar que em algum momento fomos capazes de fazer planos e seguir estratégias. No centro desse processo passado de desenvolvimento esteve uma estratégia de industrialização.

Acreditamos que qualquer processo de desenvolvimento atual passa por uma retomada da industrialização. Mas uma retomada em novas bases, que para ser bem sucedida, dado o atual cenário internacional e nossos inadiáveis compromissos sociais, precisa ser orientada por alguns parâmetros ou premissas fundamentais que a vinculem a um conjunto de reformas democráticas e sociais.

Entre essas premissas e reformas que devem orientar a retomada de nossa industrialização, destacamos:

1ª fortalecimento da Agricultura Familiar por meio de uma reforma agrária autêntica;

2ª ampliação das políticas públicas voltadas para a inclusão social e correção das assimetrias regionais e seus impactos sobre a ampliação do mercado interno;

3ª inserção internacional via a integração político-econômica com as economias da América Latina, em especial com as economias da América do Sul, sem fechamento para os demais continentes ou blocos econômicos;

4ª incorporação da premissa de que nosso desenvolvimento deve ser compatível com a preservação da nossa diversidade ecológica, também aqui numa lógica de inclusão social, ou seja, o respeito às futuras gerações.

Em resumo, a retomada do desenvolvimento nacional deve se apoiar numa retomada de uma industrialização com horizontes ampliados; não mais meramente nacional, mas regional; não mais meramente voltada para um pequeno setor da população, distribuído numa pequena área do país, mas alimentada por um mercado consumidor amplo social e regionalmente; não mais baseada numa força de trabalho barata, porque migrante e desamparada, mas numa força de trabalho qualificada; não mais baseada num processo insano de exploração e destruição do meio ambiente, mas centrada em estratégias mais sustentáveis de exploração da nossa diversidade biológica. Além disso, acreditamos num desenvolvimento nacional que valorize a diversidade cultural e as múltiplas formas de expressão das potencialidades humanas, num desenvolvimento que conte efetivamente com envolvimento da Sociedade. Um projeto coletivo, que obviamente não se inicia com este Manifesto ou com planos de prateleira. Mas que tenha neste Manifesto e nas associações abaixo assinadas generosos aliados.

Esse manifesto é o primeiro passo do Fórum para uma discussão ampla e democrática dessas e outras questões, visando à construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento. Num próximo passo, os participantes do Fórum se debruçarão sobre estudos, análises e propostas disponíveis. Desde já estendemos o convite a outras associações de servidores públicos, para somarmos forças nesta jornada. Pretendemos ampliar a discussão com especialistas e entidades ligadas aos movimentos sociais.

Objetivamos ao final apresentar aos representantes eleitos dos poderes Executivo e Legislativo, e à sociedade em geral, uma proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento que sirva de orientação para elaboração e implementação dos planos regionais de desenvolvimento e dos planos plurianuais, conforme prevê a Constituição Federal.

AFBNB – Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

AFBNDES – Associação dos Funcionários do BNDES

AFIPEA – Associação dos Funcionários do IPEA

ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento